

## Prefácio

A importante fonte documental quinhentista que agora é publicada<sup>1</sup> não constitui um documento desconhecido dos investigadores da história e da cultura portuguesas do século XVI. De forma intermitente ela foi merecendo nas últimas décadas breves referências a estudiosos que puderam percorrer os seus fólhos, suscitou a publicação de artigos por parte de Eugenio Asensio<sup>2</sup> e de Aníbal Pinto de Castro<sup>3</sup> que sublinharam a sua importância histórico-cultural no quadro das relações entre Portugal e a Itália no Renascimento, havendo mesmo quem, como Luís de Matos, tenha manifestado intenção de publicar o texto na íntegra<sup>4</sup>. Em 2003, o manuscrito foi finalmente objecto de publicação em Itália, numa edição que obteve escassa difusão e notoriedade<sup>5</sup>.

Não é de admirar que os poucos que leram ou tiveram oportunidade de consultar o anónimo *Tratado...*, profundos conhecedores das culturas portuguesa e europeia do século de Quinhentos, se tenham apercebido da importância, a vários títulos, desta longa narrativa que nos conduz, através de um olhar português, até à Roma do Renascimento no início do século XVI. Claro que o texto vale por si, através de uma trama narrativa em que se entrelaçam os mais díspares episódios e acontecimentos políticos, militares e do quotidiano romano que o autor descreve, narra e aprecia tantas vezes com visual minúcia. Infelizmente, até hoje, e apesar de muitas buscas em bibliotecas e arquivos

---

<sup>1</sup> E que esteve na base de uma dissertação de doutoramento em História, defendida com êxito em Dezembro de 2012 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

<sup>2</sup> “Memórias de um fidalgo de Chaves (1510-1517). Descripción de la Roma de Julio II y León X” in *Memórias da Academia das Ciências*, Classe de Letras, t. III, Lisboa, Academia das Ciências, 1970, pp. 7-28.

<sup>3</sup> “Uma voz do diálogo luso-italiano na época de Quinhentos, a do ‘fidalgos de Chaves’” in *Mare Liberum*, 2, Lisboa, CNCDP, 1991, pp. 7-16.

<sup>4</sup> *A corte literária dos duques de Bragança no Renascimento*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1956, p. 30, nota 26.

<sup>5</sup> Guia Boni, *Un Portoghese nella Roma del Cinquecento. Un viaggio tra riforma e ortodossia*, Roma, Bagatto Libri, 2003. Agradeço à Prof<sup>a</sup> Sylvie Deswarte a informação sobre esta publicação.

em Portugal e Itália, não foi possível estabelecer a identidade de quem, ao serviço de D. Jaime, 4º duque de Bragança, coligiu e escreveu, após o seu regresso a Portugal em 1517, este testemunho português sobre a Roma do Renascimento.

Sabemos tão-só, por informação do próprio, que era fidalgo; e que partiu da cidade de Chaves, no final da Primavera de 1510, enviado pelo duque D. Jaime tendo permanecido sete anos em Itália. Viajava ele, pois, ao serviço do duque de Bragança, presumimos que na condição de seu agente não para coligir informações sobre uma circunstância ou momento de particular interesse para o duque, mas para se instalar em Roma ao seu serviço, como veio efectivamente a acontecer.

Esta estadia romana do Fidalgo ao longo de sete anos acontecia numa época de afirmação – e de “afinação” – dos mecanismos diplomáticos como instrumento de acção política, que se manifestavam quer através do aparecimento das embaixadas permanentes junto das capitais e das cortes, quer da difusão em larga escala de um instrumento antigo – o uso das cartas cifradas. Também em Portugal estas práticas iam ganhando forma, embora mais tardiamente. O primeiro embaixador da coroa portuguesa em Roma foi o doutor João Faria, que o monarca mandou regressar ao reino em 1514; e a mais antiga carta cifrada da chancelaria régia portuguesa foi enviada a 11 de Novembro de 1516 a D. Manuel pelo segundo embaixador permanente em Roma, o refinado e controverso D. Miguel da Silva a quem Castiglione dedicou *Il Libro del Cortegiano* (1528), e com quem o Fidalgo certamente se cruzou, embora não lhe faça qualquer referência no seu texto. Este mundo da diplomacia quase no sentido em que a entendemos hoje, ancorada num conjunto formal e público de cerimoniais, etiqueta e representação, cruzava-se (também como hoje...), com a actividade diplomática de bastidores e com o mundo mais secreto dos agentes, mercenários e espiões que enxameavam, em relação directa com a importância das cortes, as grandes cidades europeias.

Destaque absoluto tinha, como não podia deixar de ser, Roma, a capital da Cristandade, para onde o duque de Bragança enviava o Fidalgo. Uma Roma que, depois de ter sido o centro do império e do mundo durante 400 anos, registara um período de declínio para se reerguer, gloriosa, sobretudo a partir do século XV, como centro político, intelectual, espiritual e artístico<sup>6</sup>. Nessa época, como hoje, a obtenção de informação – política, religiosa e estratégica, possíveis alianças, encomendas de cariz cultural e artístico – era matéria crucial não só para a Coroa, mas também para as grandes casas aristocráticas. Sabemos que a Casa de Bragança quer no tempo de D. Jaime († 1532), quer do seu sucessor, o duque D. Teodósio (†1563), manteve vivas essas fontes de informação, através de solicitadores, enviados ou embaixadores, estabelecendo uma verdadeira “rede” de contactos. Para além das muito intensas relações ibéricas, o principal foco de circulação de notícias, agentes e rumores era, como no caso da Coroa, Roma e a cúria pontifícia, centro nevrálgico da Cristandade

---

<sup>6</sup> Jean Delumeau, *La seconde gloire de Rome XVe-XVIIe siècle*, Paris, Perrin, 2013.

e depois do mundo católico. Em tempos de D. Teodósio, era embaixador do duque em Roma D. Afonso († 1575), comendador-mor da Ordem de Cristo, primo e cunhado do duque, pois era irmão da primeira mulher de D. Teodósio, D. Isabel; mas não era o único ao serviço de D. Teodósio na capital da Cristandade.

Vários episódios no reinado de D. João III tendo como protagonistas, inclusive, membros da família real, evidenciam como a “Cidade Eterna” exercia, sob o ponto de vista político, religioso e cultural, um fascínio imenso e era, verdadeiramente, o maior centro de poder<sup>7</sup>. Destaquemos a figura do cardeal-infante D. Afonso (†1540)<sup>8</sup>, irmão do rei, que pretendeu, sem sucesso, partir para Roma, por dois motivos centrais: primeiro, porque acalentou o projecto de conseguir para si a legação permanente da Santa Sé em Portugal, para o que enviou a Roma o seu agente italiano Pierantonio Casulano; depois, mais tarde, porque pretendeu partir para Roma, na sua condição de cardeal, para participar no concílio ecuménico marcado para 1538, desejo a que D. João III sempre se opôs. Não era segredo que D. Afonso queria viver em Roma, como comentava o nuncio ao secretário do papa, dando conta das conversas mantidas com o cardeal-infante a propósito do seu firme desejo de “*venire alla corte [di Roma]*”<sup>9</sup>.

O próprio papa Paulo III escrevia ao monarca, a 21 de Dezembro de 1538, intercedendo por D. Afonso e pedindo ao rei a sua autorização para que o cardeal-infante pudesse assistir ao projectado Concílio<sup>10</sup>. Outra figura que queremos destacar é a de D. Miguel da Silva, que durante dez anos (1515-25) servira a coroa portuguesa como embaixador em Roma, adquirindo uma sólida cultura “romana” que depois procurou transpor para o reino<sup>11</sup>. Depois do seu regresso ao reino em 1525, o seu permanente interesse pelos assuntos romanos articulava-se com uma situação de crescente desconforto na corte portuguesa, em particular perante a família real e o monarca. D. Miguel da Silva aspirava a regressar em definitivo à Roma de Clemente VII, o que acabou por fazer, fugindo de Portugal em gravíssimo litígio com D. João III, no Verão de 1540, para não mais voltar ao reino. Morreu em Roma, em 1556<sup>12</sup>. E em Roma, através dos seus agentes, procurou mais tarde o duque D. Teodósio cimentar

---

<sup>7</sup> Ana Isabel Buescu, “D. Miguel da Silva e a Coroa portuguesa: diplomacia e conflito” in *D. Miguel da Silva – A Obra ao Tempo*, coord. Rui Macário, Viseu, Museu de Grão Vasco/Projecto Património, 2015, pp. 15-49.

<sup>8</sup> José Pedro Paiva, “Um príncipe na diocese de Évora: o governo episcopal do cardeal infante D. Afonso” in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 7, 2007, pp. 127-174. [http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc\\_7](http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_7).

<sup>9</sup> *La Correspondance des Premiers Nonces Permanents au Portugal (1532-1553)*, ed. Charles-Martial De Witte II, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1980, doc. 65, carta de Capodiferro a Ambrogio Ricalcato, de 18 de Janeiro de 1538.

<sup>10</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mc. 63, doc. 82.

<sup>11</sup> Rafael Moreira, “D. Miguel da Silva e as origens da arquitectura do Renascimento em Portugal” in *O Mundo da Arte. Revista de Arte, Arqueologia e Etnografia*, II série, I, Lisboa, 1988, pp. 5-23.

<sup>12</sup> Sylvie Deswarte, *Il ‘Perfetto Cortegiano’*. *D. Miguel da Silva*, Roma, Bulzoni, 1989; Ana Isabel Buescu, “D. João III e D. Miguel da Silva, bispo de Viseu: novas razões para um ódio velho” in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 10, T. I, 2010, pp. 141-168. [http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc\\_10](http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_10).

uma autonomia na sua relação com a cúria, na expectativa do estabelecimento de um vínculo matrimonial com a poderosa casa Farnese, através do seu casamento com Vittoria (†1602), irmã do cardeal Farnese<sup>13</sup>, por sua iniciativa mas aparentemente com o acordo de D. João III, aliança que acabou por não se concretizar.

Roma era precisamente o lugar para onde D. Jaime enviou o anónimo Fidalgo, de cuja estadia resultou o longo, embora incompleto, manuscrito sobre a grande cidade na época do Renascimento e das *Guerras de Itália* (1494-1559). Testemunho “caleidoscópico” e multiforme, traz até nós uma época de turbulências políticas, de batalhas e de guerras, de provisórios acordos e de cismas, dos bastidores do poder, nomeadamente na cúria pontifícia, onde pela sua condição o Fidalgo teve entrada privilegiada e gozou da protecção de Alfonso Petrucci, cardeal de Siena.

Mas também os quotidianos, a arquitectura, as igrejas, os espaços, as mulheres romanas, as festas sagradas e profanas, o pulsar da “Cidade Eterna” ocupam a pena do Fidalgo. De tudo isto dá conta no seu longo e minucioso testemunho escrito à intenção do culto D. Jaime que fora educado, a partir dos quatro anos de idade, na corte dos Reis Católicos por humanistas como os italianos Lucio Marineo e Pietro Mártir de Anghiera, depois da fatalidade que se abatera sobre a casa de Bragança no reinado de D. João II (1481-1495). Apesar de, como vimos, não lhe sabermos o nome, esta relação de serviço do Fidalgo com o duque D. Jaime revela-se fundamental para podermos entender e situar o horizonte e os contornos deste documento.

Mas o período em que o Fidalgo permaneceu em Roma foi também o de uma conjuntura de irradiação europeia do poder e do prestígio da realeza manuelina, de que a entrada triunfal de Tristão da Cunha em Roma, em faustosa embaixada enviada pelo monarca ao Papa Leão X, em 1514, foi o mais eloquente testemunho, narrado com extrema minúcia pelo Fidalgo, que assistiu *in loco* a essa manifestação de poder e de propaganda do rei de Portugal. Quanto a este episódio específico, cujas fontes estavam referenciadas e estudadas, tem agora de se acrescentar esta descrição até hoje desconhecida.

Numa época em que a tipografia, essa invenção de “inspiração divina” como escrevia François Rabelais, era ainda então um instrumento excepcional entre nós, as descrições e narrativas escritas de acontecimentos observados *in loco* tinham, pela palavra, de transmitir também imagens, tanto quanto possível definidas, nítidas, com atenção ao pormenor e ao detalhe. Precisamente, o texto do Fidalgo de Chaves tem como característica maior, não sendo um cronista, o facto de ser sempre poderosamente visual, o que é independente, sublinhe-se, da presença ou não de virtudes literárias. O mesmo sucede com tantos e tantos textos de cronistas como Garcia de Resende, Gaspar Correia, Rui de Pina, Damião de Góis, João de Barros ou Fernão Lopes de Castanheda que, apesar das diferenças de objecto e de estilo, atingem muitas vezes um grau de “presentificação” e de visualização dos acontecimentos, sempre apreciado

---

<sup>13</sup> Ambos filhos de Pier Luigi Farnese e Gerolama Orsini, e portanto netos do papa Paulo III.

por quem então lia ou ouvia ler, como era ainda tão habitual no século de Quinhentos, mesmo entre as elites cultas.

Como bem assinala Paulo Catarino Lopes, o Fidalgo de Chaves não é de facto um cronista, em certo sentido afortunadamente para nós. Na verdade, o seu texto não está, como tantas vezes sucede em crónicas encomendadas, sujeito quer a determinados cânones de género quer a outros constrangimentos e limites. Por isso, quem o lê, sabendo nós embora que qualquer produção escrita leva a marca do autor, das suas circunstâncias pessoais e sociais e do tempo em que viveu, o *Tratado* do Fidalgo surpreende tantas vezes pela liberdade da escrita, pela frescura da prosa, pelo ineditismo do ponto de vista, pelo extremo pormenor de bastidores públicos e privados, pela descrição de factos e realidades que porventura de outra forma não teriam passado a escrito.

De uma outra forma é ainda importante a publicação integral deste documento. Num momento de viragem na história portuguesa com o processo de expansão marítima, em que a cultura impressa passava progressivamente a privilegiar aspectos das viagens, das conquistas e dos confrontos de além-mar, como assinalou Luís Filipe Barreto<sup>14</sup>, e como vemos suceder mesmo nas crónicas régias, a recuperação de um documento com as características do *Tratado* que agora se publica, virado para o “coração” da Europa, é um facto de grande relevância histórico-cultural.

Claro que se viajava de Portugal para a Europa – agentes, mercadores, embaixadores, clérigos – apesar da lentidão, dificuldade e perigos das vias e meios de comunicação por terra ou mar. Claro que dessas viagens, percursos e itinerários possuímos, para o século XVI, cartas, relatórios e missivas mais circunstanciadas de embaixadores, relatos de clérigos sobre múltiplas incidências de viagens<sup>15</sup>, que nos trazem imagens e representações, traços de mentalidade, acontecimentos, contrastes nos modos de vida e costumes, noções mais difusas ou mais nítidas de identidade mas também de alteridade; e ainda testemunhos de extraordinária importância, como as múltiplas imagens europeias do mais cosmopolita humanista português de Quinhentos, Damião de Góis, ou a *Corografia* de Gaspar Barreiros, publicada em 1561<sup>16</sup>. Na génese desta obra de Barreiros, sobrinho de João de Barros, que empreendeu uma viagem de agradecimento ao papa Paulo III pela atribuição do barrete cardinalício ao infante D. Henrique em 1545, permanecendo em Roma até 1548, está, em parte, o pedido do grande historiador para que carresse elementos e informações destinados à composição da sua *Geografia*<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> Luís Filipe Barreto, “A história da diáspora representa cerca de 60% da historiografia portuguesa de Quinhentos”, “Da cultura da Expansão Portuguesa no Mundo” in *Outro Mundo Novo Vimos*, Catálogo da Exposição no Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, CNCDP, 2001, p. 247.

<sup>15</sup> Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos (ed.), *De Coimbra a Roma. Uma Viagem em meados de Quinhentos*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990.

<sup>16</sup> *Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho, que fez Gaspar Barreiros o ano de MDXXXVI, começando na cidade de Badajoz em Castella, te á de Milam em Itália*, Coimbra, João Álvares, 1561.

<sup>17</sup> Que se sabe ter sido em grande parte escrita, mas que se perdeu.

Mas não deixa de ser verdade que, em termos de testemunhos escritos, sobretudo se comparados com toda uma literatura, manuscrita e impressa, relacionada com a Expansão que ganhava cada vez maior importância, a Europa ficava, paradoxalmente, um pouco na sombra. Outros testemunhos poderão porventura jazer esquecidos, como o testemunho do Fidalgo, sabendo nós que o interesse pela Europa e as suas dinâmicas político-militares e culturais era central para a coroa portuguesa – e também, numa outra escala, para a própria Casa de Bragança. Mas também a curiosidade, para além da centralidade de Roma, Milão, Paris ou Veneza, por zonas mais periféricas ou ignotas e que agora se iam desvelando, era evidente. Para darmos um exemplo, no ano de 1500 o rei D. Manuel pediu ao médico Martim Lopes, que viajara pela Europa até às suas zonas mais periféricas, como a Lapónia, durante cerca de 9 anos, para coligir um livro “*em que trate das terras por onde andou, as nações e lugares diversos, seu trato e modo de viver*”<sup>18</sup>. Não sabemos se Martim Lopes chegou a fazê-lo, mas a solicitação e a intenção de D. Manuel são reveladoras. E em comum com o Fidalgo de Chaves, o facto de se tratar de um livro escrito (ou a escrever) *a posteriori*, com base em apontamentos que ambos os viajantes foram coligindo e acumulando.

E, voltando à Casa de Bragança, a grande livraria dos duques ao tempo de D. Teodósio, cujo núcleo inicial remontava a D. Jaime, exprimia esse interesse por uma Europa que também se descobria e que se queria conhecer. A crónica em língua latina presente na livraria ducal ajuda a compreender como no século XVI o horizonte geográfico e cultural se ia alargando, e incorporando regiões que haviam permanecido, durante séculos, numa relativa obscuridade civilizacional. Esta é uma componente muito expressiva da livraria do duque de Bragança. É significativo recordar que o humanista Enneas Silvio Piccolomini († 1464), papa Pio II em 1458, classificava na sua *Cosmographia* a Polónia, Boémia, Hungria e Balcãs como situando-se fora da Europa, como se fizessem parte, com a Escandinávia, de uma *terra incognita*. Abundam, com efeito, na livraria dos duques de Bragança no século XVI, para além de muitas crónicas em linguagem relativas aos reinos ibéricos, crónicas latinas da Dinamarca, da Escandinávia, da Polónia, da Hungria, da Albânia e até uma descrição contemporânea da Grécia, com representações (convencionais) de várias cidades, mas também crónicas de Inglaterra, Alemanha, Borgonha, França, além de várias cidades italianas. Um conjunto, sem dúvida, muito amplo e, diríamos, coerente em termos de aquisição de informação histórico-geográfica sistemática sobre grande parte do continente europeu<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 3, doc. 6. José Pedro Machado, «A carta do Dr. Martim Lopes (1500)» in *Revista de Portugal*, 1965, pp. 19-36; Avelino Jesus da Costa, «O primeiro cientista português que percorreu e estudou a Europa: Doutor Martim Lopes, no séc. XV», *Diário do Minho*, Braga, 1991, pp. 783-787.

<sup>19</sup> Ana Isabel Buescu, *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2016, pp. 120-145.

Regressando a D. Jaime e ao seu anónimo agente, é pois com muita satisfação que escrevo estas palavras que antecedem a publicação deste manuscrito, transcrito e anotado por Paulo Catarino Lopes. Por toda a riqueza e manancial de informação, diversidade de perspectivas e ineditismo, o *Tratado* do anónimo Fidalgo português constitui uma valiosíssima fonte para o conhecimento de muitos aspectos da realidade política, militar, religiosa, cultural, artística e quotidiana da Roma dos inícios do século XVI, que não poderá, doravante, ser ignorada por quem estuda o século de Quinhentos. A presente edição torna, pois, esta preciosa fonte disponível quer para historiadores, quer para aqueles que, de uma forma ou outra, se interessam pela história e pela cultura do Renascimento.

*Ana Isabel Buescu*  
FCSH-UNL/CHAM-UAç

Lisboa, Dezembro de 2016